

AFINAL, O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

Vivemos em um país em que por muitos anos a segregação de estudantes por motivo de deficiência foi uma das características de nossas escolas.

De forma que os alunos com alguma deficiência eram destinados a escolas ou salas de aulas “especiais”, fato que fomentava o isolamento desse alunado, inviabilizando sua socialização, além de trazer outros prejuízos.

Dessa maneira, somente **a partir da década de 1990** o Brasil passou a aderir aos movimentos mundiais pela inclusão escolar.

E apenas em **2008** foi aprovada pelo Ministério da Educação a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, um documento que trouxe novas bases para a educação de pessoas com deficiência em nosso país.

A INCOMPATIBILIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR COM O MODELO VIGENTE

Quando tratamos de inclusão escolar, o livro mais citado no Brasil é o **“Inclusão Escolar: O que é? Por quê? e Como Fazer?”**, da professora Maria Mantoan e é ele que usaremos como base para este post. Você pode adquirir o livro clicando aqui.

Segundo a autora, a educação passa por um período de **crise de paradigma**. Pois, os ideais que formam a base da escola moderna não são mais suficientes para nossos tempos.

Desta forma, **um novo paradigma está surgindo** e a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos.

No modelo atual, a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas formas, e quase sempre o que está em jogo é a suposta ignorância do aluno diante dos padrões do saber escolar.

Além disso, o pensamento subdividido em áreas específicas é uma grande barreira para os que pretendem inovar na escola, fazendo-a inclusiva.

De tal forma que os sistemas escolares relutam em fazer diferente porque também estão organizados em um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e com deficiência, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesse e naquele assunto.

No entanto, **para se ter uma escola verdadeiramente inclusiva, é necessário que seus planos se redefinam** para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize a diferença.

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO ESCOLAR?

Pela **integração escolar**, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai de inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento às escolas especiais: classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

De modo que, na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino comum, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Em resumo: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências.

Por outro lado, **a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração.** Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

Em resumo, **a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional**, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Nesse sentido, a inclusão total e irrestrita é uma oportunidade para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, pela evasão, pela discriminação – pela exclusão, enfim.